

# Sumário

---

INTRODUÇÃO.....	19
1. BOA-FÉ NO PROCESSO CIVIL.....	29
1. Boa-fé subjetiva e objetiva .....	29
2. Boa-fé como cláusula geral ou conceito jurídico indeterminado.....	35
3. Boa-fé como princípio.....	50
4. Concreções solidificadas do princípio da boa-fé.....	59
5. Boa-fé no processo civil – sobre a absorção da boa-fé do direito privado.....	66
6. Boa-fé no processo civil – <i>standard</i> de comportamento..	77
7. Boa-fé no processo civil – função interpretativa e presunção de boa-fé .....	82
8. Relação entre princípio da boa-fé processual e cooperação processual.....	86
2. DESLEALDADE PROCESSUAL POR VÁRIAS PERSPECTIVAS.....	99
1. Constituição, boa-fé processual e seu controle .....	99
2. De onde viemos: breves noções históricas sobre os ilícitos processuais .....	101
3. Aonde chegamos (1): institutos processuais de repressão à má-fé na legislação processual .....	107

4.	Aonde chegamos (2): o silêncio doutrinário sobre o controle da probidade processual.....	113
5.	Ainda: garantia de litigar deslealmente? .....	114
6.	Aonde chegamos (3): permissividade com a deslealdade processual nos tribunais .....	120
7.	Não culpe a lei: o que nos diz o estado de coisas? .....	132
<b>3.</b>	<b>SISTEMATIZAÇÃO DOS ILÍCITOS PROCESSUAIS .....</b>	<b>138</b>
1.	Relevância do <i>distinguo</i> .....	138
2.	Fatos jurídicos processuais ilícitos .....	140
3.	Classificação dos atos processuais ilícitos.....	151
4.	Sistematização aplicada às espécies de ilícitos processuais: litigância de má-fé, abuso de direito processual e ato atentatório à dignidade da justiça.....	164
5.	Responsabilidade por dano processual e ilícitos processuais .....	182
<b>4.</b>	<b>LITIGÂNCIA DE MÁ-FÉ.....</b>	<b>187</b>
1.	Litigância de má-fé no CPC/2015 .....	187
2.	Função: repressão à litigância irresponsável como norte para a compreensão das hipóteses do art. 80 do CPC – revisão do elemento subjetivo .....	191
3.	Estrutura: as hipóteses de aplicação da litigância de má-fé.....	202
3.1.	Os tipos legais de condutas processuais ilícitas....	202
3.2.	Pretensão ou defesa contra texto expresso de lei ou fato incontroverso (CPC, art. 80, I) .....	206
3.3.	Litigar contra precedente obrigatório equipara-se a litigar contra texto expresso de lei? – o chamado “dever de candura perante a Corte” .....	214
3.4.	Alteração da verdade (CPC, art. 80, II) .....	222
3.5.	Desvio ilegal da função do processo (CPC, art. 80, III) .....	238

---

3.6.	Resistência injustificada ao andamento processual (CPC, art. 80, IV).....	241
3.7.	Atuação processual temerária (CPC, art. 80, V) .	246
3.8.	Incidente manifestamente infundado (CPC, art. 80, VI) .....	253
3.9.	Recurso protelatório (CPC, art. 80, VII).....	255
3.10.	Processo simulado ou fraudulento (CPC, art. 142) .....	262
3.11.	Descumprimento injustificado de ordem judicial (CPC, art. 536, § 3º) .....	266
3.12.	Assédio processual (ou <i>sham litigation</i> ) – Análise do Recurso Especial 1.817.845-MS.....	269
3.13.	Litigância predatória .....	273
4.	A densificação de novas hipóteses de litigância de má-fé mediante a aplicação da boa-fé objetiva .....	296
5.	Visão dinâmica da litigância de má-fé e dos ilícitos processuais .....	304
6.	Sujeito passivo da condenação em litigância de má-fé....	306
7.	Multa processual (I): características gerais e margem legal.....	319
8.	Multa processual (II): relação com outros mecanismos ..	326
9.	Condenação em perdas e danos .....	332
9.1.	Considerações gerais.....	332
9.2.	Mecanismos para apurar e certificar a indenização ....	335
9.3.	Litigância de má-fé e indenização por dano moral ....	344
10.	Condenação em despesas e honorários.....	346
11.	Decisão que reconhece litigância de má-fé .....	350
12.	Vias impugnativas .....	355
13.	Cumprimento da multa.....	358
	<b>CONCLUSÕES.....</b>	<b>364</b>
	<b>REFERÊNCIAS.....</b>	<b>367</b>